

da bandeira brasileira (a do Império), tese também sustentada por Raimundo Teixeira Mendes em artigo publicado na imprensa do Rio de Janeiro em 1889, e que também é transcrito neste volume. Breno Ferraz do Amaral agitou com bastante antecedência a lembrança das comemorações do bi-centenário andradino, em 1963. Não sobreviveu para poder assisti-las. Mas seu livro ficou como uma homenagem e como uma contribuição àquela efeméride, que a Livraria Martins acolheu como todo o carinho, embora, certamente por motivos ponderáveis, a publicação não pudesse ser feita na devida ocasião.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

RAMIREZ (Ezekiel Stanley). — *As relações entre a Áustria e o Brasil*. Tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo. Editôra Nacional. 1968. 262 páginas (Coleção "Brasiliana", nº 337).

Obra que se recomenda como modelo de pesquisa e interpretação histórica. O autor focaliza, com documentos de boa fonte, o desenvolvimento das relações diplomáticas, culturais, comerciais, etc. entre o Brasil e o Império dos Habsburgos no período que vai de 1815 à proclamação da República. Como é natural, dedica numerosas páginas ao interesse evidenciado por Metternich na formação da monarquia basileia, e ao casamento de D. Pedro I com D. Leopoldina d'Áustria. Outro aspecto do tema, raramente focalizado, é o da emigração austríaca para o Brasil. As informações contidas sobre este assunto abrem perspectivas para novos estudos sobre o problema.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

LUZ (Nícia Vilela). — *A Amazônia para os negros americanos: as origens de uma controvérsia internacional*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro. Editôra Saga. 1968. 190 páginas.

Vem de longe a cobiça internacional em torno da Amazônia. As viagens de La Condamine e de Humboldt chamaram a atenção do mundo para aquela extensa região, praticamente inaproveitada durante boa parte do período colonial, apesar das grandiosas perspectivas que se lhe anteviam, especialmente após a era pombalina. O mundo dito civilizado não se conformava em ver tão grande região dependendo de países de poucos recursos e toda uma campanha foi empreendida para a abertura do grande vale ao comércio internacional. De simples interesse comercial passa-se facilmente a pretensões mais ousadas e defender-se contra essas pretensões tem sido — lembra a Professôra Nícia Vilela Luz — "uma constante na história da Amazônia". Para acrescentar: "A escassez de recursos, tanto materiais quanto humanos, dos países a que pertence tem impedido e dificultado o seu desenvolvimento e a região tem se apresentado assim como um vazio a atrair a cobiça de nações mais fartas em meios de explorá-la. Reivindicam estas, em nome do bem estar da humanidade, o direito de abrir ao mundo a região ainda deserta e colocar ao seu dispor a riqueza que encerra.

Sob o disfarce da internacionalização e de objetivos científicos escondem seus desígnios egoístas de grandes potências”.

Com sua grande capacidade de pesquisa e interpretação históricas, de que já nos deu sobeja prova com o excelente estudo sobre a industrialização do Brasil (que se tornou obra indispensável para o estudo de nossa história econômica), Nícia Vilela Luz apresenta-nos em seu novo livro, um capítulo inteiramente novo na história das pretensões sobre a Amazônia: os esforços do Tenente norte-americano Matthew Foutain Maury, em meados do século passado, no sentido de forçar o governo imperial a abrir às nações estrangeiras a navegação do Amazonas, mas, no fundo, com outra intenção mais cobiçosa: colonizar o grande vale com negros americanos, livrando, assim, os Estados Unidos de sua população escrava e evitando as condições sócio-econômicas que terminaram por levar seu país à sangrenta guerra civil. “Cérebro excepcionalmente dotado — lembra a autora — Maury já estabelece em meados do século XIX as bases de uma doutrina que reivindica para os Estados Unidos toda a região do Caribe e com ela a bacia amazônica”. O sonho megalomaniaco do tenente americano asbarra, contudo, diante da atitude ponderada e discreta do governo imperial: “Defrontam-se duas atitudes diversas, antagônicas mesmo. Uma visionária, chegando quase às raízes da loucura e que aliava, a mesquinhas ambições de enriquecimento, a visão poética de um universo onde a natureza se apresenta em perpétuo movimento, em incessante atividade. Outra, pragmática, realista, moldando-se às condições externas, mas procurando, com essa flexibilidade, perpetuar-se no que possui de fundamental, de imprescindível à sua condição nacional”.

Para a abordagem do problema, a autora não se limitou às fontes do Itamarati, que nos apresentariam uma visão unilateral. Utilizou fontes norte-americanas e pretendia igualmente utilizar as dos outros países hispano-americanos ribeirinhos do Amazonas. Não o fazendo, entretanto — e certamente por motivos ponderáveis — nem por isso sente-se falha em seu livro, pois com efeito, o mais importante da documentação de interesse para o caso encontra-se em arquivos americanos, e nestes a pesquisadora sentiu-se bem à vontade.

Precavidamente, adverte o leitor que o assunto “por se tratar de ambições estrangeiras sobre uma parte do território nacional, pode dar margens a polémicas e a explorações demagógicas. Não é esse o nosso intuito. No campo internacional a competição e a luta têm sido um fenômeno freqüente, normal, e cumpre encará-los com realismo. As ambições internacionais apresentam-se comumente disfarçadas por princípios idealistas. Seja o mecanismo dos Estados Unidos, seja o paternalismo francês, seja o filantropismo inglês, todos procuram, naturalmente, os próprios interesses mascarando seus apetites com propósitos civilizadores e libertadores”. E todas as três nações — lembremos — cobiçaram a região amazônica. Nem seria necessária tal advertência quanto à isenção de ânimo da autora. O leitor, logo às primeiras páginas, constata a seriedade com que a pesquisa foi levada a efeito e o critério com que o trabalho, depois, foi elaborado. Nem a autora — longe disso — cria condições para uma discussão emocional do problema, o que talvez agradasse mais a determinados grupos, mas daria ao seu trabalho um cunho panfletário que fugiria completamente ao seu espírito de historiadora. O que não quer dizer que não haja em seu livro aquela firmeza de opiniões, necessária para o trato do assunto e que a autora, aliás, sabe pôr em todos os seus escritos e em todas as suas atitudes. Esse seu traço de autenticidade

que lhe tem custado lutas e até dissabores é o melhor aval de sua individualidade. A este respeito, Nícia Vilela Luz — que conheço há tantos anos — faz-me lembrar aquele velho imigrante sírio de uma cidadezinha do interior mineiro, citado por Emil Farhat na abertura de seu tão discutido livro, e que tinha por hábito aconselhar a todos: “Se tiver alguma verdade para dizer, diga-a!” E quando esta verdade apoia-se em basamento documental como o que Nícia Vilela Luz encontrou para o seu trabalho, então, podemos dizer que temos o quadro ideal para a elaboração de um trabalho de pesquisa histórica que, tal como o outro, está destinado a *ficar* na bibliografia histórica brasileira.

Um esboço do objetivo da autora está no próprio prefácio do livro: “dirigir o interesse principal para o estudo das diretrizes da política externa do Brasil num determinado momento da conjuntura internacional, procurando fixar as características nacionais da atitude brasileira e o papel desempenhado pelo nosso país na comunidade latino-americana. Uma visão rápida dessa conjuntura internacional era, pois, imprescindível e a ela reservamos o primeiro capítulo, indicando as tendências do pensamento europeu acerca do Amazonas e das regiões tropicais. A posição dos Estados Unidos exigia maior atenção e dentro dos Estados Unidos convinha destacar a figura de Maury. Formaram-se, assim, o segundo e terceiro capítulos. No quarto analisamos, enfim, as diretrizes brasileiras e num quinto as lides diplomáticas do Brasil e dos Estados Unidos no cenário hispano-americano. No capítulo final essa contenda diplomática desloca-se para a côrte imperial, enquanto nós Estados Unidos se arrefecem os ânimos e se modifica o clima que tinha favorecido o esquema de Maury”.

Seria de grande interesse se a Professora Nícia Vilela Luz pudesse prosseguir nas suas pesquisas, analisando outros casos de pretensão sobre a Amazônia, dando, assim, maior base documental ao que tantos outros têm já escrito. Com efeito, os livros de Fernando Sabóia de Medeiros e Artur César Ferreira Reis (este, incansável defensor da Amazônia), embora valiosos, ressentem-se da unilateralidade das fontes, pois nenhum dos autores realizou pesquisas em arquivos estrangeiros.

A questão do Amazonas está na ordem do dia, lembra a autora logo na primeira frase de seu livro. E’ uma das razões pelas quais as questões na “ordem do dia” são freqüentemente mal interpretadas, distorcidas, deformadas, reside precisamente na falta de conhecimento dos seus antecedentes históricos, ou, às vezes, da simples indagação fundamentada das razões por que elas ficaram na ordem do dia. E com isto muito se enriqueceria a bibliografia histórica brasileira, sobretudo numa época em que os nossos estudantes tanto reclamam assuntos “atuais”...

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

SILVÁ (Hélio). — *A Constituinte*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1969. 586 páginas.

O extenso painel elaborado por Hélio Silva sobre o “ciclo de Vargas”, tem prosseguimento com este sétimo volume, dedicado à restauração constitucional após a revolução de 1930. Os volumes anteriores intitulam-se: 1922: *Sangue na areia de Copacabana*; 1926: *a grande marcha*; 1930: *a revolução traída*; 1931: